

**TEORIA DO VALOR TRABALHO, EXPLORAÇÃO CAPITALISTA, UNIVERSIDADE E
LUTAS SINDICAIS**

**TEORÍA DEL VALOR TRABAJO, EXPLOTACIÓN CAPITALISTA, UNIVERSIDAD Y
LUCHA SINDICAL**

**LABOR VALUE THEORY, CAPITALIST EXPLOITATION, UNIVERSITY AND UNION
STRUGGLES**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.55525>

Sadi Dal Rosso¹

[Entrevista: Kate Lane Costa de Paiva, Rodrigo Castelo, Mario Mariano Ruiz de Cardoso e
Sâmbara Paula Marcelino Ribeiro]

O professor e companheiro de lutas Sadi dal Rosso se aposentou recentemente na Universidade de Brasília (UnB) e foi agraciado com o prêmio de professor emérito da instituição. Nada mais merecido pela sua brilhante carreira acadêmica.

Graduado em Ciências Sociais e Filosofia no início dos anos 1970, fez mestrado e doutorado na University of Texas System. Findo o ciclo de estudos e pesquisa na pós-graduação, tornou-se professor da UnB em 1978, instituição na qual exerceu suas funções laborais até 2021. Na pós-graduação, foi membro do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação da Sociologia da UnB, foi consultor Ad hoc do CNPq e contribuiu em comissões de avaliação de programas de pós-graduação da Capes.

No âmbito da editoração de periódicos acadêmicos, participou do comitê editorial da revista *Sociedade & Estado*, publicada pelo Departamento de Sociologia da UnB desde 1996, e foi fundador e editor da revista *Universidade & Sociedade* (1991), do Andes-SN. Outra valiosa contribuição para os debates na universidade pública foi a organização coletiva de diversas edições do *Encontro Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais*, sempre realizadas na UnB.

A sua produção intelectual é vasta e notória. Os temas principais dos seus escritos foram a teoria do valor-trabalho e o mundo do trabalho, com destaque para as relações capitalistas contemporâneas. Além de dezenas de artigos e capítulos de livros, o professor Sadi dal Rosso escreveu os livros *O debate sobre a redução da jornada de trabalho* (Abet, 1998), *Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea* (Boitempo, 2008), *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor-trabalho* (Boitempo, 2017) e organizou

Contribuições para as teorias do valor-trabalho e dependência (Pontes, 2021, junto com Fábio Marvulle Bueno), *Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo* (Paco, 2022, junto com Deise Mancebo e Márcia Ondina Vieira Ferreira) e *Valor e exploração do trabalho: capitalismo de plataforma e Covid-19* (Pontes, 2023, junto com Jonas Valente, Rodrigo Borges, Erlando Rêses e Ângela Teberga), dentre tantas outras produções.

Ao longo de toda a sua trajetória, exerceu cargos na administração universitária (chefe de departamento, coordenador de curso, membro titular do Conselho Universitário da UnB e diretor do Instituto de Ciências Sociais) e recebeu inúmeras homenagens do corpo discente, que soube reconhecer o valor do seu trabalho no ensino, pesquisa e extensão públicas.

Toda esta profícua produção científica não o afastou das lutas e resistências da classe trabalhadora: pelo contrário, a potencializou, mostrando que não há uma cisão entre ciência e política, entre produção e militância. Dentre as suas frentes de luta, destacamos a sua atuação no Andes-SN, do qual foi, inclusive, fundador e presidente na gestão 1988-1990.

No início de junho de 2023, a comissão editorial do presente dossiê – Kátia Lane, Mario Mariano Cardoso, Rodrigo Castelo e Sâmbara Ribeiro – enviou as perguntas para o professor Dal Rosso por meio eletrônico. Prontamente o convite foi aceito e, após o envio das respostas, trocamos algumas mensagens para tirarmos dúvidas e pedirmos esclarecimentos, sempre atendidos de forma célere e cordial. A seguir, as leitoras e os leitores conferem o resultado dessa entrevista, que gira em torno de temas como a história do Andes-SN, os desafios contemporâneos do sindicalismo classista, a atualidade da crítica da economia política e da teoria do valor-trabalho, a intensificação da exploração da força de trabalho e etc.:

Germinar: Professor, conte-nos a respeito da sua trajetória profissional e militante, em especial a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980, quando se tornou docente da UnB. Dada a sua militância sindical desde a fundação do Andes-SN, como foi este processo de gestação e consolidação do movimento docente?

Sadi dal Rosso: Primeiramente, saúdo as leitoras e os leitores da revista *Germinar* e agradeço a oportunidade de discutir ideias e propostas.

A criação do movimento docente do ensino superior fez parte de uma organização que a sociedade brasileira desenvolveu para combater a ditadura militar-civil entre os anos de 1964 e 1985. Ora, o golpe ditatorial comandado pelos militares foi extremamente cruel com as esferas sociais organizadas em sindicatos, associações, partidos políticos e outras formas de organização social. História, museus, acervos, bibliotecas dão conta da crueldade e da violência usada para domar a sociedade civil. O número de mortes, o número de pessoas que foram presas e torturadas, professores-as que foram perseguidos-as nos espaços das salas de aula, estudantes e simples cidadãos dão conta do uso da brutalidade como instrumento de repressão sobre a sociedade.

Mas a instalação de uma sociedade total, subordinando todas as forças sociais ao poder do Estado ditador, não alcançou a pretensão de colocar todos os espaços sociais sob seu controle. E assim abriram-se espaços para o ingresso nas universidades públicas e privadas de forças que atuaram no sentido de organizar

o movimento docente do ensino superior. Estou me referindo a forças novas, uma vez que a organização das categorias do ensino fundamental e médio já vinha ocorrendo desde antes da implantação da ditadura militar-civil. No ensino superior já se encontravam raízes de organização social que antecediam o movimento de criação do Andes-SN. Mas o ingresso de novos docentes nas universidades que não só tinham formação acadêmica, mas também política, possibilitou a organização da categoria, seja no setor público, seja no setor privado.

Quero mencionar que as universidades e faculdades haviam sido transformadas de instituições de ensino em unidades sob a vigilância extrema dos sistemas de segurança nacional. Este aspecto da vigilância política sobre os docentes criava um ambiente de medo, um ambiente do que pode ser falado e dito em sala de aula, de existir informantes do Serviço Nacional de Informações (SNI), precisa ser estudado mais a fundo. Ao lado do gabinete dos reitores haviam as salas dos informantes que recebiam denúncias e que expediam repressões. Os sistemas de informações operavam não apenas nas universidades, mas também nas secretarias e ministérios do governo de modo a captar toda a informação e colocá-la em rede para os serviços mais elevados de segurança do governo.

Mas existe outro lado do sistema de informação que é importante mencionar. A captação de informações não só criava uma rede de baixo para cima, como também criou um sistema de repressão para punir professores e estudantes que ultrapassassem determinados limites da vida universitária. Este mecanismo às vezes chegou a transformar a estrutura administrativa de departamentos, faculdades, institutos em bases repressivas, que repassavam punições, advertências, reprimendas, avaliações e corriqueiros pitos. Não era raro encontrar diretores e chefes que assumiam e exerciam esses papéis de repressão. Então, as universidades mantinham um sistema de captação de informações que fluía dele para os altos setores do governo e outra que frequentemente confundia a administração acadêmica com a repressão política.

A despeito de tantos mecanismos de repressão, foi possível criar resistências internas dentro das universidades, que evoluíram no sentido de organizar forças sociais significativas. A Universidade de Brasília (UnB) é uma universidade bastante nova, origem de 1962, e sediada na Capital Federal, condição que a fez muito vigiada pelos governos militares. Por tal razão, a UnB foi invadida ou cercada por forças militares em pelo menos quatro ocasiões: 1964, 1968, 1977 e 1985, que não eram automaticamente legitimadas pelo quadro de professores e de professoras. Por exemplo, o levante estudantil de 1977 foi reprimido tão violentamente com a intervenção militar e expulsão de dezenas de estudantes, que criou condições para que os professores organizassem uma entidade, a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, realizassem uma assembleia e lançassem um manifesto defendendo a universidade contra a invasão policial-militar.

Quando cheguei a UnB em agosto de 1978, já existia formalmente uma Associação de Docentes da Universidade de Brasília e estavam em pleno andamento articulações com outras universidades para a criação de uma entidade organizativa dos docentes em escala nacional, o que acontece em 1981 no Congresso de Campinas, São Paulo. Fui membro da delegação da UnB para o Congresso Nacional fundador da Andes, juntamente com o artista Douglas Marques de Sá e o engenheiro Antônio Ibanez Ruiz, entre

Germinar: marxismo e educação em debate, Salvador, v.15, n.2, p.8-16, ago. 2023. ISSN: 2175-5604

outros. A forma de organização associativa nacional que tomavam os docentes universitários respondia a uma demanda social da época. Com efeito, por esta época, cresciam em todo o país as organizações de base, que foram uma iniciativa e um mecanismo fundamental para conduzir ao final a ditadura militar-civil. As organizações sociais de todos os gêneros: sindicatos, associações, associações de moradores, partidos etc. etc. representavam a força de luta e resistência que a sociedade brasileira apresentava naquele momento. Por qualquer avaliação, uma formidável resistência, que conseguiu levar a término a ditadura militar-civil e chamar para uma assembleia nacional constituinte.

É interessante comparar o período histórico 1964-1985 com 2016-2022. Em ambos os casos aconteceram golpes de Estado. O impedimento da presidente Dilma Rousseff expôs um quadro diferente do período que conduziu a 1985. Passados três governos democráticos à frente do Estado não se havia acumulado organização social suficiente para resistir ao impedimento, à eleição de Jair Bolsonaro pela extrema direita e à tentativa de golpe militar de 08 de janeiro de 2023. Esta é uma questão polêmica sob qualquer prisma de análise. Como foi possível perder a enorme experiência de resistência à ditadura e organização social em 1985 e que se esvaneceu em 2016. Parece que os governos que vieram depois de 1985 não conseguiram encaminhar o país por um caminho em que a organização da resistência era uma prioridade, em que a constituição de forças sociais em unidades políticas de ação. Este é um problema concreto em aberto para a discussão nos dias de hoje, sobre a organização social das bases não só em sindicatos e associações, assim como em outras unidades que vierem a se constituir. De qualquer maneira, 1985 está muito distante de 2016 - 08 janeiro de 2023. Organização, resistência, luta social perderam-se no caminho e os atrativos dos reluzentes quadros dos governos não deixaram de fazer efeito sobre a organização da sociedade para preservar a democracia. São Bernardo não pariu Brasília.

Germinal: Desde os anos 1990, o tom das críticas às teorias marxistas das classes sociais e do valor-trabalho aumentou substancialmente. Como você avalia o alcance e a pertinência de tais teorias para compreender o capitalismo contemporâneo e auxiliar na sua superação revolucionária?

Sadi dal Rosso: Jaime Osorio, no epílogo de recente artigo, escreve que “o marxismo, como teoria revolucionária, atingiu seus momentos de maior fecundidade e criatividade quando seu trabalho teórico esteve imerso em uma tarefa política que tem como perspectiva a transformação da ordem social existente.” (OSORIO, 2023, p.38) Não estamos aqui para avaliar a sentença de Jaime Osorio. Ele chama, com razão, a atenção para as dificuldades que uma teoria revolucionária encontra no mundo contemporâneo, dominado pelo capitalismo em todos os cantos do planeta Terra. Ora, o exercício da prática teórica alça-se também sobre a prática e é para isso que Jaime Osorio atrai a atenção. Osorio, além disso, é incentivador ao chamar a articulação dos movimentos feministas, étnicos e ecológicos para uma aproximação com as classes sociais.

É importante frisar que o capitalismo neoliberal que domina o mundo atual e que poderia se considerar vitorioso frente ao socialismo real e ao comunismo não o tornou vitorioso o tempo todo. Ora, a crise econômica de 2007-2008 que teve seu ápice nos Estados Unidos, Inglaterra e demais países que se sentem estar no centro do desenvolvimento econômico, mostrou que o centro do capitalismo mundial, aí

onde se desenvolvem as relações mais fortes do capital, precisou da intervenção estatal para não, literalmente, desandar ante o impacto da contradição. Obama, então presidente dos Estados Unidos, não titubeou e liberou trilhões de dólares para evitar que Ford e Chevrolet, duas empresas que representavam o capitalismo industrial dos Estados Unidos, não entrassem em falência. Ao mesmo tempo, interveio no mercado de capitais com igual ou superior ação do Estado para evitar que o dólar colapsasse. A intervenção do Estado, portanto, mostrou-se como um mecanismo absolutamente essencial para evitar o aprofundamento do impacto da crise econômica das finanças mundiais, não só dos Estados Unidos.

Ou seja, no momento em que o socialismo mundial se apequenou com a transição dos tradicionais focos revolucionários do socialismo tal como a Rússia e todo o Leste Europeu, incluindo parte substantiva da Alemanha e a China, Angola, Moçambique e Guiné Bissau, e na América Latina, especialmente o Chile e o capitalismo de tipo liberal, o capitalismo que estava por alcançar o domínio do mundo, encontrou o *iceberg* da contradição em ação. Não há como avaliar um impacto tão gigantesco em escala internacional neste momento. Entretanto, gostaria de frisar que a crise mundial de 2007-8 pariu sua contradição. As forças sociais se organizaram e o movimento dos trabalhadores sem emprego e dos empregados superexplorados veio à tona. Veja-se, por exemplo, o importante movimento social *Occupy Wall Street* ou simplesmente *Occupy Movement*, com presença em vários países.

Germinal. Nas últimas décadas, as bases produtivas do modo de produção capitalista vêm sendo reconfiguradas de forma aprofundada e veloz, impondo uma intensificação da exploração e um aumento da alienação da classe trabalhadora. Qual é a sua análise global sobre tais processos de transformação do mundo do trabalho e como eles impactam a educação em seus diversos níveis?

Sadi dal Rosso: Hoje em dia estamos sentindo os efeitos de profundas mudanças que ocorreram no mundo do trabalho a partir da introdução de mudanças tecnológicas na produção. Tais processos de mudanças podem ser analisados de acordo com os elementos que estão incluídos nas classificações. Se se assumir somente o uso da internet e das redes de plataformas vai-se a momentos de alterações gigantescas, ainda que com limitações no tempo. Talvez fosse melhor envolver o conjunto de mudanças nas forças produtivas que ocorreram nas sociedades, em alguns países mais noutros menos, impulsionadas pela introdução de computadores nas esferas do trabalho e da produção. No tempo, isto nos projeta para a metade do século XX, impondo uma análise detalhada a partir deste momento. Fique registrada, portanto, esta classificação mais inclusiva e que lança luzes às análises que possamos fazer a partir da adoção desse quadro de referências.

Corretamente a análise social vem apresentando um processo de intensificação do trabalho e outros apontam também para precarização² das condições de trabalho sob a influência de tais modificações. Com efeito, a introdução de tecnologias na organização e no desenvolvimento do trabalho gera contradições em toda sua extensão. Não foram somente as escolas de organização e de desenvolvimento da execução que tiveram impacto sobre a execução do trabalho. Sabe-se que a escola do processo de trabalho conhecida como fordismo compreendeu um conjunto de medidas práticas quanto à execução do trabalho que elevavam o grau de intensidade do envolvimento do trabalhador com o trabalho. O fordismo exigia mais

rapidez e envolvimento por parte do trabalhador e da trabalhadora. Por outro lado, introduzia um exército de administradores, chefes, coordenadores e inúmeros outros agentes integrantes do processo de, literalmente, arrancar mais-valia do trabalhador pela via da introdução de mais elevado grau de intensidade no processo de trabalho. Desta forma, a indústria resolvia o problema da redução das jornadas de trabalho, lentamente conquistadas pelos trabalhadores e pelo movimento sindical.

A crítica ao fordismo foi desenvolvida pelo processo de trabalho conhecido como toyotismo, uma vez que o sistema Toyota foi uma das bases em que foi executada a experiência com ainda mais elevado grau de intensidade imposta ao processo de trabalho. O toyotismo deixou de se firmar sob o controle exacerbado de administradores do trabalho reduzindo assim custos das empresas. Por seu lado, o toyotismo desenvolveu o princípio da autoativação das máquinas, por meio do qual um(a) trabalhador(a) dá conta de supervisionar o funcionamento de diversas máquinas ao mesmo tempo. O sistema evoluiu de um operário por máquina para diversas máquinas por operário. Intuitivamente observa-se que o sistema toyotista eleva o grau de intensidade que é exigido do trabalhador. Um trabalhador controla diversas máquinas. Isto requer uma atenção constante e uma redução completa dos tempos mortos, transformando-os em tempos de geração de valor. O toyotismo também não é amigo da redução das jornadas de trabalho. Ao contrário, reduzir a mão de obra e conseguir extrair dela todo o valor possível pelo alongamento do trabalho.

Vê-se, então, que os impactos da escola toyotista aumentam a produtividade do trabalho por meio do controle de diversas máquinas. A elevação da produtividade se expande e se reproduz nas escolas pós-toyotistas como se pode observar na furiosa alteração dos processos de trabalho desenvolvidas com a introdução massiva de computadores e redes na produção norte-americana e que se expandiu na produção chinesa e daí espalhando-se mundo afora, atualmente envolvendo toda a forma de produção seja agrícola, seja industrial, seja de serviços. Assim, alcança-se um patamar ainda mais elevado de produtividade da força de trabalho.

O turista atento observa tais modificações no trabalho, por exemplo, ao visitar restaurantes e comércios na cidade de Nova Iorque. Diferentemente do trabalho executado nas cidades da América Latina, impõe-se a atendentes de bares, restaurantes e comércio em geral, uma velocidade incrível no trabalho em Nova Iorque. Eles e elas, literalmente, não andam, correm de um lado para outro para dar conta das tarefas e atender clientes. No comércio também a aceleração é um princípio que comanda o trabalho. Formas decorrentes da superexploração do trabalho.

Tais observações, por superficiais que pareçam, nos conduzem a avaliação de outras formas de geração da mais-valia para além do alongamento da jornada, para além da intensificação do trabalho, para além da superexploração do trabalho. Chegamos ao ponto da distribuição dos tempos de trabalho. A luta pela redução da jornada concentrou-se em criar certos tempos livres sob o controle de trabalhadores e trabalhadoras: o domingo, o sábado, a extensão da jornada fixa em determinados horários de entrada e de saída dos locais de trabalho (08h-18h; 07h-17h etc.). Tais formas de distribuição dos tempos de trabalhos são conhecidas como distribuição rígida. Além delas, hoje em dia começam a aparecer os componentes do trabalho como distribuição flexível. Imagina estar em pleno estádio de futebol ou num bar ou numa casa de música e seu telefone tocar e você ser convocado(a) a resolver um determinado problema que ocorreu em

seu local de trabalho, tal como um alagamento em banheiro, a substituição de outro companheiro de trabalho. E mais do que isso, os trabalhos são flexibilizados, o que significa que estes tempos sem trabalho são tempos de trabalho. Para realizar tal atividade é preciso um amplo sistema de computação que seja capaz de operar com tempos diferenciados conforme cada trabalhador(a). Esta capacidade está-se colocando através das plataformas digitais, que são capazes de controlar a diversidade gerada pela flexibilização da distribuição dos tempos de trabalho.

Estes pontos nos conduzem a examinar as condições dos tempos de trabalho dos professores(as) e das professoras e como eles(as) são atingidos pelas condições de trabalho impostas pelos sistemas de fornecimento de docência e pelos sistemas de pesquisa. Parece-me que a parte que mais se desenvolveu, onde a pesquisa e a docência estão presentes sucessivamente, é o controle da produtividade do trabalho. O que seria a produtividade do trabalho no ensino e na pesquisa? Medidas existem muitas, na pesquisa são capítulos de livros, artigos e livros publicados. Na docência é a sala de aula, o número de estudantes atendidos. Pouca atenção se dá à formação de profissionais, à orientação que resulta também em mais profissionais para um país que não tem na educação seu ponto forte.

Então, pode-se observar que existe uma luta pelo controle dos valores produzidos pelas universidades e faculdades no conjunto do país. E tal luta é que tem exposto as formas mais esdrúxulas de contagem da produtividade do trabalho universitário. O Andes-Sindicato Nacional, ao lado de outras entidades defensoras das condições de vida de docentes (Sinasefe), de servidores técnico-administrativos (Fasubra), de pós-graduandos e de graduandos (UNE), vem conduzindo a defesa de condições dignas de trabalho, uma luta que deve se perpetuar como mais intensa pelo futuro do trabalho flexível em nossa sociedade.

Germinar: Diante da recente ofensiva capitalista no mundo do trabalho e do fortalecimento do sindicalismo de resultado, quais são os desafios postos ao movimento sindical classista, em geral? Qual é o papel do Andes-SN na defesa do caráter público, gratuito e socialmente referenciado na classe trabalhadora da educação brasileira?

Sadi dal Rosso: Gostaria de chamar a atenção do nosso movimento docente para o fato da fragmentação sindical. Alguns casos são resultantes das condições históricas em que o sindicalismo do ensino superior conseguiu organizar-se. Outros são mais recentes. O sindicalismo docente não pode submeter-se à fragmentação em espaços políticos conquistados. É necessário apoiar as iniciativas de unificação de sindicatos e associações em unidades de força cada vez maior, especialmente diante de situações tais como o Ensino a Distância (EaD) que trazem para dentro dos locais de trabalho os grandes avanços conseguidos pelas tecnologias, mas que ao mesmo tempo promovem ulteriores vezes de intensificação do trabalho, alongamentos das jornadas e distribuição flexível das horas laborais, a elevação da produtividade do trabalho que conduz cedo ou mais tarde para a precarização das condições de trabalho, conforme estudos citados anteriormente.

O papel que se espera do Andes-SN não é só este. É mais. É o Andes-SN o sindicato que tem um projeto para o conjunto da educação brasileira, não apenas para o ensino superior. E também não apenas

para o setor da educação e sim para pensar a educação para todo o mundo sindical. A educação é crucial na transformação da sociedade em geral. Não há revolução sem educação, como aprendemos da história do mundo das revoluções. Assim, o Andes-SN defende o ensino público e gratuito e prepara a sociedade para as grandes transformações. Como se darão tais mudanças sociais é questão que o movimento precisa encaminhar. Aí estão suas tarefas.

Germinal: O histórico debate do Andes-SN sobre a caracterização dos professores e professoras das universidades na dinâmica da sociedade capitalista a partir da dicotomia cientista/trabalhador reaparece em diferentes conjunturas. Com as novas transformações na educação superior (EaD, Marco da Ciência e Tecnologia, produtivismo etc.), este debate ressurgiu no movimento docente. Como você avalia este debate hoje? Qual é a contribuição do Andes-SN na construção de processos de trabalho emancipatórios e na produção do corpo docente como sujeito político da classe trabalhadora?

Sadi dal Rosso: Somos convidados, neste momento, a volver nossos olhos para o movimento docente e o movimento sindical em geral. O movimento sindical perdeu um grande número de quadros nos últimos anos no Brasil. Não está claro se a redução de filiação atinge também o setor educação e nele a educação do ensino superior. Suponho que nos dias atuais o sindicalismo em geral está perdendo filiações. Diante disso, o movimento sindical deveria rearticular-se e avaliar o que aconteceu e quais são as razões da crise sindical. Obviamente, a redução da filiação sindical deve-se em parte a crise de empregos no país. Mas não é só isto. O Andes-SN precisa tomar a liderança e avaliar a perda de quadros de pessoas sindicalizadas no conjunto do país e como pode se recuperar desta crise destruidora. Repensar o significado de pertença e filiação sindical e retomar o caminho da busca de quadros de trabalhadores no meio das novas condições de trabalho. Significativamente, os quadros dos trabalhadores por plataformas digitais, por exemplo, têm-se mostrado extremamente abertos para participar do movimento sindical.

A participação do Andes-SN na produção do corpo docente como sujeito político da classe trabalhadora é um enorme desafio. Como desafio, ele deve propor as questões políticas e de transformação social para o conjunto histórico da classe trabalhadora. Mas acho que as condições sociais e políticas, mundiais e brasileiras, não estão reforçando este caminho de lutas. Vejo, por isso, que estamos distantes, muito distantes deste objetivo. Mas há caminhos a desvendar. “E enquanto o desenvolvimento ulterior do capitalismo requerer inovação, então os trabalhadores que experimentam novas maneiras de fazer coisas, geram novas ideias e imaginam novas aplicações e soluções organizacionais podem usar sua habilidade, inteligência e criatividade para inventar formas alternativas de viver e organizar a economia e a sociedade.” (HUWS, 2023, p. 57)

Referências:

HUWS, Ursula. Colhendo tempestades. Digitalização, reestruturação e mobilização na crise covid. In: Dal ROSSO et al. (org.). **Valor e exploração do trabalho**. Capitalismo de plataforma e Covid-19. Campinas: Pontes Editores, 2023. p.41-59.

OSORIO, Jaime. Desafios da teoria marxista da dependência diante da crise global. In: Dal ROSSO et al. (org.). **Valor e exploração do trabalho**. Capitalismo de plataforma e Covid-19. Campinas: Pontes Editores, 2023. p.17-39.

PIOLLI, Evaldo. O neoliberalismo e a precarização do trabalho de professores e professoras em São Paulo. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2023/06/o-neoliberalismo-e-a-precarizacao-do-trabalho-de-professores-e-professoras-em-sao-paulo/>. Acesso em 04 de jul. 2023.

Notas

¹ Professor emérito da UnB. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3979953030832641>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0535-6535>. E-mail: sadidalrosso@gmail.com.

² Conquanto Piolli se refira ao trabalho nas escolas de ensino fundamental e ensino médio, não deixa de apontar para o que está acontecendo no chamado ensino superior.

Recebido em: 23 de jul. 2023

Aprovado em: 23 de jul. 2023